

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO ESPÍRITO SANTO (1930-1945)

Maria Beatriz Gonçalves do Carmo
Graduanda Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: biah_89@hotmail.com

Palavras-chave: Espírito Santo. Era Vargas. Organizações. Sindicalização.

A emergência das organizações políticas e sociais dentro do estado do Espírito Santo representou verdadeiras reformas, e por essas e outras são deveras importantes. Assim precisamos ao pensar na influência da Era Vargas dentro do estado capixaba, fazer uma constante ligação entre o governo estadual e nacional. Neste caso, a discussão será pautada principalmente no papel que os sindicatos, um exemplo clássico de organização, mantiveram nos âmbitos político e também social, no que concerne a participação operária, diante da criação do Ministério do Trabalho, por exemplo, já que o governo de Getúlio Vargas preocupou-se em manter relações de apoio e ao mesmo tempo de controle das novas classes operárias.

Em se tratando de um recorte de quinze anos é interessante que se considere que em treze deles, o estado esteve sob administração de João Punaro Bley, um oficial do exército, que foi nomeado por Getúlio Vargas, para o cargo de interventor onde atuou de 1930 a 1935. A partir de então, atuou como governador até o ano de 1937 e depois, novamente como interventor até 1943. João Punaro Bley apresentou-se bastante eficiente em sua administração, já que fora responsável, diga-se de passagem, por uma verdadeira reforma no estado. A chamada Era Vargas, principalmente o período do Estado Novo, manteve seu caráter revolucionário, idéia afirmada por Ângela de Castro Gomes (1999). Segundo ela

Nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional. [...] uma série de inovações vinha-se desenvolvendo no campo das idéias políticas e no que diz respeito à questão do trabalho, duas delas de particular interesse: as relações que se estabelecem entre trabalho e riqueza e entre trabalho e cidadania (GOMES, 1999, p. 53).

É evidente que as políticas adotadas por Punaro Bley, seguiram diretrizes respaldadas pelo poder central na tentativa de direcionar o eixo político, econômico e social ao atendimento das necessidades do processo de industrialização. Até por que, década de 1930 se caracterizou por uma constante preocupação da política econômica governamental para que se instituísse o processo de industrialização no país, já que o desenvolvimento econômico brasileiro se encontrava limitado direta ou indiretamente em consequência da Primeira Guerra Mundial seguida da Crise de 1929. Digo, direta ou indiretamente, devido ao fato de a economia brasileira ter, desde o início do século XX, mostrado fragilidades. O que acontece é que a Crise de 1929, ao atingir todo o sistema capitalista mundial causou maior impacto nos países em desenvolvimento, como o Brasil que passava por um período de redefinição.

Com a dinâmica da economia mudando de uma base agrária para uma base urbano-industrial, o Estado desenvolveu mecanismos para atender basicamente a função clássica do Estado burguês. Percebe-se uma grande preocupação em garantir os interesses do desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que o da classe operária e ainda os interesses da agricultura, mesmo que diminuídos.

Até o término de sua primeira gestão como interventor, a preocupação de Bley conteve-se em basicamente saldar as dívidas externas e internas do estado, contando sempre com o apoio do Governo Central. Este, instalado em 1930, rompia com a estrutura liberal da Velha República e se preocupava em aplicar uma estrutura moderna que estivesse baseada no controle e no apoio das novas classes sociais, retirando do país essa espécie de vocação agrícola, para superar a dependência externa, o que só seria possível com um governo forte e centralizado. É dentro destas perspectivas que o governo vai criar comissões para tentar solucionar os problemas econômicos, e também criou o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, responsável pela regulamentação do mercado de trabalho.

Muitas empresas se viram, a partir de então, obrigadas a reduzir sua jornada de trabalho e também seus salários, ou mesmo encerrar suas atividades, não só no Espírito Santo como em todo o país. O número de desempregados do setor agrícola aumenta expressivamente e estes vão somar aos subempregados urbanos.

A situação econômica em que se encontrava o Espírito Santo não era das melhores, isso fez com que a prioridade do governo Bley se norteasse pelo caminho da realização de obras no plano da infra-estrutura. A partir destas perspectivas há uma tentativa de dar um sentido diferenciado à política de desenvolvimento social e econômico durante sua gestão.

A política não me preocupa e nem me dificulta a ação administrativa. Tanto na capital como nos municípios procuro cercar-me de homens de merecimento absoluto, sem cogitar de suas preferências partidárias. Aliás, a política partidária desapareceu no Espírito Santo. Na família capixaba só a cidadãos da Segunda República. Quando alguém me procura para conversar sobre política, fulmino logo com a afirmação de que só estou aqui para administrar o estado. E não lhe dou atenção. Principalmente nas administrações municipais, não transijo com a politicagem. Consegui emancipar os municípios do faccionismo, inaugurando em todo o estado um programa administrativo honesto, justo e progressista (MENDONÇA, 2002, p. 174).

No Espírito Santo, além de ter fomentado a diversificação da economia estadual - incentivando o cultivo de outros produtos como o feijão, o milho, o cacau, a mandioca, bem como a pecuária - que até então esteve basicamente voltada para a monocultura cafeeira como a economia nacional, Bley também agiu no sentido de dotar o Estado de um suporte técnico e financeiro. Para tanto, foi criada a Escola Prática de Agricultura de Santa Tereza em Setembro de 1940, com a intenção de formar homens conhecedores da agricultura, além da pecuária e de derivados. Também foi criado o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo, que posteriormente foi transformado no Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e que hoje constitui o BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo). Este estabelecimento tem por finalidade básica atender o pequeno produtor e incentivar o cooperativismo.

Fora do cenário da cafeicultura, inseridos no setor público, boa parte nos setores de poder, havia quem defendesse que somente a partir da diversificação das atividades é que o crescimento do país seria possível, pois necessariamente esta consistia na busca pela independência econômica.

Finalmente, como complementação à política de desenvolvimento em curso teve continuidade às obras de aparelhamento o porto de Vitória. Além de todas essas ações, o Espírito Santo assistiu ainda, a criação da Cia. Vale do Rio Doce. Neste sentido, as ações modernizantes que foram introduzidas na estrutura econômica, na política, além da ideológica e social, foram gradualmente permitindo um maior número de forças sociais se expressarem politicamente.

A criação de novos “partidos” é bastante expressiva no estado do Espírito Santo. As inúmeras agremiações sindicais proliferaram justamente entre os anos de 1931 e 1937, quando no Estado do Espírito Santo foram criados dezenove sindicatos de empregadores e quarenta de empregados. A ascensão das massas foi, em parte, contida e disciplinada pelo “corporativismo

inclusivo”, via criação de sindicatos – enquanto organizações de apoio e controle das classes operárias.

O período em questão não está caracterizado somente pela criação dessas entidades de classe – como o Sindicato dos Bancários em 1934, e o Sindicato dos Construtores, no mesmo ano, mas também pela subordinação das entidades que já existiam (como o Sindicato dos Estivadores, dos Ferroviários) ao Ministério do Trabalho, somando-se as outras disposições tomadas pela interventoria, para o controle e cooptação das lideranças sindicais, sempre em obediências as diretrizes do Governo Central. Em vista disso, disciplinar as relações existentes entre capital e trabalho, significava uma conquista no que diz respeito as reivindicações do operariado, desde a Primeira República. Até a década de 1930, os conflitos no plano do trabalho, eram encaminhados como caso de polícia, que acabava por exercer o papel de moderador nestas relações. Podemos perceber, desta forma, que não havia por parte dos governos anteriores a preocupação em resolver os dilemas sociais da classe operária.

Letícia Bicalho Canêdo (1993, p. 33) tratava-se de um ‘caso de polícia’ porque acreditava-se que as relações de trabalho deviam ser um assunto privado, sem a intervenção do Estado. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder entende-se a importância em aproximar as classes operárias do Estado, com o objetivo de sustentar o plano de governo assim como a própria questão social trabalhista.

De acordo com Gisálio Cerqueira Filho (1982), a questão social nestes anos passa de caso de “polícia” para caso de “política”. Isto significa dizer que os problemas de relação do trabalho, seriam adotados e tratados predominante governo federal.

Exemplificando, durante a visita do presidente Getúlio Vargas ao estado do Espírito Santo, em agosto de 1933, houve uma “manifestação operária”, na Praça João Clímaco em Vitória. Nela os operários apoiavam o governo, com faixas e dizeres de seu interesse naquele tempo. Esta manifestação estava dirigida por sua promoção e não se fazia pelo modo disfarçado, pois consistia na capacidade do governo estadual em promover uma manifestação a favor do Governo federal. Essa capacidade de mobilização servia para medir o grau de inclusão corporativa, ou em outros termos, o quanto o governo exercia sua hegemonia sobre os trabalhadores urbanos. Quando necessário a questão social recebia novamente tratamento de caso de polícia, como por exemplo, nos momentos de repressão a alguns setores do movimento trabalhista.

O fenômeno de intensa sindicalização ocorreu por todo o país por volta dos anos de 1933 e 1935. De imediato ela possibilitaria a votação em representantes classistas nas

constituintes, desde o plano estadual até o nacional, tanto nas eleições para a Câmara dos Deputados quanto nas assembleias legislativas. Além de atender, principalmente aos interesses governamentais que para efetivar o “corporativismo inclusivo” criaram condições: trabalhadores ou mesmo os empregadores, que não estivessem vinculados a qualquer sindicato, estavam automaticamente excluídos do sistema previdenciário de assistência social, por exemplo.

Assim, os governos estaduais contribuíram com o Governo federal, na intervenção dentro da sociedade civil, tentando, portanto, sustentar-se atuante entre os planos da estrutura e da infra-estrutura, mas sob a égide de um Estado ampliado.

Sendo assim, a ascendência da sociedade política aumenta gradualmente com relação a sociedade civil. Em 1931, Por exemplo, as declarações do interventor federal no estado capixaba, Punaro Bley, diziam que no “Espírito Santo, a política acabou”. Isto não é fato, pois ela aumentou sua importância, porém no âmbito de um estado corporativista. Doravante, torna-se efetivo, o Estado ampliado no Brasil e, segundo Achiamé (2005), não nos escapa que essa era uma forma de ele ser a instituição weffortiana sempre poderosa na sociedade brasileira a partir desta época, onde o “Estado de Compromisso” pode ser considerado uma versão de Estado ampliado.

As décadas de 30 e 40 estiveram marcadas pelo crescimento da população de forma geral. Desde os cidadãos que sonhavam com melhores condições de vida, migrando para áreas urbanas, assim como o contingente de italianos, com quem o governo tinha uma grande preocupação, já que eram considerados ameaçadores devido a sua capacidade de se organizar. Segundo Leôncio Basbaum (1976, p. 206), os italianos foram responsáveis por promover o significado do termo “operário”, que antes tinha um significado pejorativo. A concentração de fábricas e oficinas nos centros urbanos acabava por facilitar a união dos trabalhadores, por isso as políticas governamentais voltaram-se a esses centros, não surtindo efeito nas zonas rurais.

Desde a Revolução Russa, o movimento comunista fortaleceu a influência de grupos ideológicos, dentro dos sindicatos brasileiros. Para Vargas, a aproximação entre governo e operários só se daria a partir da eliminação dessas influências de esquerda. Para tanto, criou a Lei de Sindicalização¹, estabelecendo que os estatutos dos sindicatos deveriam passar pelo Ministério do Trabalho, para serem aprovados, impondo a organização dos sindicatos,

¹ Criada em 19 de março de 1931.

barrando conflitos e movimentos organizados, que poderiam tornar-se ameaças ao seu governo.

Em abril de 1931, reunido com os industriais, alguns enfrentando greves, [Lindolfo] Collor declara: “Ou aceitam (os operários) a ação do Ministério do Trabalho, que trás uma mentalidade nova, de corporação, ou se consideram dentro de uma questão política, no sentido do antigo governo. Ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem [...] as classes operárias estão seno fomentadas por elementos subversivos – comunistas, para dizer a palavra perigosa – notei, não há a menor dúvida” (CHAUÍ, 1978, p. 87).

Embora a criação do Ministério do Trabalho por um lado, tivesse por objetivo a proteção ao trabalho, e ainda ter representado uma conquista para os trabalhadores, já que era a primeira tentativa em regulamentar as relações entre capital e trabalho, por outro lado ela acabou com a liberdade da classe operária, que passava ao controle do governo. No mesmo momento em que o governo concedia apoio a classe trabalhadora, também exigia que os operários tivessem um comportamento passivo. De acordo com as palavras de Edgard Carone (1976, p. 133) pode-se dizer que a ação do novo Estado apresenta duas fases: de 30 a 35 a repressão da política é violenta enquanto o Ministério do Trabalho é persuasivo, entre 1935 e 1945 o Ministério do Trabalho com sua organização coercitiva domina o movimento operário, a polícia passa a ter ação persuasiva.

Por mais que o governo tentasse impor aos operários um comportamento passivo, não conseguiram impedir que alguns grupos se manifestassem de forma mais agressiva, como por exemplo, os protestos realizados diante dos decretos que obrigavam a filiação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, e que proibiram a pluralidade sindical, respectivamente de abril e agosto de 1931.

Sendo assim, a década de 1930 pode ser considerada como uma época de reconstrução. E diante disso, muitos embates foram travados entre a burguesia agrária, o Governo, empresários e a classe trabalhadora. Matriz industrial brasileira só esteve de certa forma completa, na Segunda Guerra Mundial, por volta de 1941, pois a dificuldade de importar produtos industrializados forçou a diversificação da interna e o estado se viu na contingência de sustentar a implantação da indústria pesada.

Diante das questões levantadas, podemos concluir que o desenvolvimento de uma consciência por parte da classe operária pode sim, ser atribuído ao maior engajamento das organizações sindicais, associado à crescente influência de esquerda que já vinha desde a Revolução Socialista de 1917 e crescia desde a década de 1920 propondo novas maneiras de

pensar e agir, ou seja, exercendo seu papel político e social. Desta forma, as mudanças adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, partindo de 1930, já encontraram trabalhadores de certa forma, mais politizados, e com uma expressiva participação nos questionamentos de interesse do país. Tendo uma visão mais ampla da realidade em que vivia, os operários entendem sua importância para o desenvolvimento do país e se unem para reivindicar seus direitos pressionando a burguesia industrial.

Portanto, não podemos entender a concessão dos direitos trabalhistas apenas como doação do governo, isto seria negar o processo de luta de classes, e pela correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Referências

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. *Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)* 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Federal, Espírito Santo, 2005.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e Trabalhadores. In: _____ (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975/76.

BETAT, Inara dos Santos. *Regulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil: Uma tentativa de conciliação entre o capital e o trabalho (1937-1945)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2005.

CANÊDO, Leticia Bicalho. *A classe operária vai ao sindicato*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. 16. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLF, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *O êxtase autoritário: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940)*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PANDOLF, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.